

Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Despacho n.º 5596/2017

A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, admite o reconhecimento do interesse público de eventos desportivos, por despacho do membro do Governo responsável pela área do desporto.

Entre 4 e 15 de agosto de 2017 realizar-se-á a 79.ª edição da Volta a Portugal em bicicleta, que completa este ano 90 anos de história, depois do seu início em 1927. Contará com a participação de um pelotão estimado de 150 corredores, de 18 equipas, 12 das quais estrangeiras. No total, entre ciclistas, equipas técnicas, árbitros, elementos da organização e profissionais da comunicação social, prevê-se o envolvimento de mais de 1000 participantes.

Trata-se, pois, de um evento de referência do calendário nacional da modalidade para o ano de 2017, cuja relevância desportiva e qualidade organizativa são reconhecidas.

A dimensão deste evento é bem representativa da tradição, no País, de uma modalidade caracterizada pela espetacularidade e pela envolvimento das populações, e constitui um claro estímulo ao aumento da prática desportiva, designadamente, junto dos jovens, que poderão assistir, ao vivo, a uma competição disputada ao mais alto nível, por alguns dos melhores ciclistas e equipas da atualidade.

Fruto da qualidade competitiva que lhe é reconhecida, a Volta a Portugal atrai aos concelhos que percorre, um número considerável de visitantes nacionais e estrangeiros, o que gera um significativo impacto económico, também pelos eventos que consigo arrasta diariamente, como as feiras de animação e concertos musicais com repercussão na atividade económica local.

A Volta a Portugal em bicicleta tem igualmente granjeado uma forte projeção mediática, traduzida na transmissão televisiva em direto da edição de 2017 e que se assume como elemento potenciador da afirmação do País, enquanto local privilegiado para a realização de grandes eventos desportivos e constitui uma oportunidade de promoção do património histórico e cultural, das localidades envolvidas.

Assim, reconheço o interesse público do evento em apreço.

5 de junho de 2017. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *João Paulo de Loureiro Rebelo*.

310550536

Direção-Geral da Administração Escolar

Despacho (extrato) n.º 5597/2017

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 22 de fevereiro de 2017, foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria da assistente operacional Alda Margarida Alves da Silva, na Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, mantendo o posicionamento remuneratório entre a 5.ª e a 6.ª posições, com produção de efeitos à data do despacho.

13 de março de 2017. — A Diretora-Geral, *Maria Luísa Gaspar Pranto Lopes Oliveira*.

310381968

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Agrupamento de Escolas do Cerco, Porto

Aviso n.º 7073/2017

Para os devidos e legais efeitos informa-se que o Agrupamento de Escolas do Cerco, Porto, alterou a designação para Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto, Porto, com sede na Escola Básica e Secundária do Cerco do Porto, Porto.

A referida alteração de designação foi aprovada pelo Conselho Geral do Agrupamento, pelo Município do Porto e por despacho favorável da Exma. Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Educação, datado de 25 de janeiro de 2017.

29 de maio de 2017. — O Diretor, *Manuel António Sousa Oliveira*.
310548496

Agrupamento de Escolas de Estarreja

Aviso n.º 7074/2017

Em cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se pública a cessação da relação jurídica de emprego público, por motivo de denúncia do contrato de trabalho a termo resolutivo certo, do docente contratado João Alves Teixeira Sousa Tavares, com efeitos a 2017/05/27, ao abrigo do artigo 304.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

5 de junho de 2017. — O Diretor, *Jorge Manuel de Jesus Ventura*.
310548171

Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto, Fundão

Aviso (extrato) n.º 7075/2017

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 132.º do ECD, torna-se público que se encontra afixada para consulta, na sala de professores desta sede de Agrupamento, a lista de antiguidade do pessoal docente deste Agrupamento de Escolas, reportada a 31 de agosto de 2016.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*, para reclamação ao dirigente máximo.

1 de junho de 2017. — A Diretora, *Maria Cândida Marques Brito*.
310549338

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Instituto da Segurança Social, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 583/2017

O Conselho Diretivo delibera, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea *g*), do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro e dos artigos 27.º e 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua versão atual, nomear, em regime de substituição, a seguinte trabalhadora, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício das referidas funções, conforme evidencia a respetiva nota curricular anexa à presente Deliberação:

1 — Mestre Cristina Maria da Silva Lopes e Navarro Machado, técnica superior, no cargo de Diretora do Núcleo de Assuntos Jurídicos, do Gabinete de Assuntos Jurídicos e Contencioso.

A presente Deliberação produz efeitos a 20 de março de 2017.

16 de março de 2017. — Pelo Conselho Diretivo, o Presidente, *Rui Fiolhais*.

Nota Curricular

Nome: Cristina Maria da Silva Lopes e Navarro Machado
Nacionalidade: Portuguesa.

Endereço LinkedIn: <https://pt.linkedin.com/in/cristina-da-silva-lobes-29737bbb>

Formação académica: Licenciatura (5 anos) em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1989); Grau de mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2012); Doutouranda, com conclusão do ano escolar 2012/2013 do curso de doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Percurso profissional: Advogada, inscrita na Ordem dos Advogados portuguesa, desde 1991; Exercício da função técnica superior: Direção